

ARTIGO DE REVISÃO

Produção de alimentos por meio da agricultura familiar e os efeitos sobre a (in)segurança alimentar e nutricional: uma revisão integrativa da literatura

Food production through agriculture and effects on food and nutrition insecurity: a review of literature

Francisco Regis da Silva¹, Luisa Maria Oliveira Pinto², Shandra Carmen Sales de Aguiar³, Jocélia Maria de Oliveira⁴, Rafaella Maria Monteiro Sampaio⁵, Geraldo Gonzalez Talavera⁶, Francisco José Maia Pinto⁷

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem caráter intersetorial e estimula as economias locais. Objetivou-se conhecer a situação de (in)segurança alimentar e nutricional e produção de alimentos por meio da agricultura familiar destinadas ao PNAE. Tratou-se de uma revisão integrativa. A busca dos artigos foi realizada nos bancos de dados informatizados: Literatura Latino-Americano em Ciências de Saúde (LILACS), Medical Literature end Retrieval System on Line (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), publicados nos últimos 7 anos, nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola. Foram identificados 37 estudos e 5 responderam aos objetivos deste estudo. Os estudos evidenciaram a dificuldade dos municípios para obter os alimentos oriundos da agricultura familiar, por diversos motivos: burocracia na legislação; boas práticas na produção de alimentos; transporte da mercadoria e certificações. São poucos estudos brasileiros que investigam a temática abordada nesse artigo. Comprovando assim, a necessidade de estudos que possam dar “visibilidade” a esta temática.

Palavras-chave: *Agricultura; Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional.*

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) has an intersectoral character and stimulates local economies. The objective was to know the situation of food and

¹Nutricionista. Especialista em Saúde Pública (ESP); Mestre em Saúde Coletiva (UECE); Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

²Nutricionista. Mestre em Saúde Pública (UECE); nutricionista do Hospital Geral de Fortaleza (HGF) - Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

³Nutricionista. Mestre em Saúde Pública (UECE); servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenadora do Núcleo de Educação do Consumidor e Administração Familiar (EDUCON).

⁴Enfermeira. Mestre em Saúde Pública (UFC); enfermeira da UTI Neonatal da Maternidade Escola Assis Chateaubriand pela EBSEH.

⁵Nutricionista. Mestre em Saúde Pública (UECE); Doutoranda em Saúde Coletiva (UECE); docente da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Centro Universitário Estácio do Ceará (ESTÁCIO).

⁶Médico. Especialista em Saúde da Família (UFC); assessor em Gestão de Saúde no município de Morada Nova, Ceará.

⁷Estatístico. Pós-Doutor em Saúde Pública (USP); Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail para correspondência: regisfrs@hotmail.com

nutritional insecurity and food production through family farming destined to the PNAE. It was an integrative review. The search for articles was carried out in the computerized databases: Latin American Literature in Health Sciences (LILACS), Medical Literature and Retrieval System on Line (MEDLINE) and Scientific Electronic Library Online (SCIELO), published in the last 7 years, in the English, Portuguese and Spanish. 37 studies were identified and 5 responded to the study objectives. The studies showed the difficulty of municipalities to obtain food from family farming, for several reasons: bureaucracy in legislation; good practices in food production; transport of goods and certifications. There are few Brazilian studies that investigate the topic addressed in this article. Thus, the need for studies that may give "visibility" to this theme.

Keywords: *Agriculture; Public Policies; Food and Nutrition Security.*

Introdução

Segundo o estudo O Estado de Insegurança Alimentar no Mundo (2014), o Brasil saiu do mapa da fome porque reduziu em 82% a fome, a desnutrição e a subalimentação no período de 2002 a 2013. A Organização das Nações Unidas (ONU) destaca ainda a importância das novas políticas de combate à pobreza extrema e a política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garante refeições gratuitas nas escolas públicas¹. Entretanto, de acordo com as notícias recentes, o Brasil pode voltar ao mapa da fome, conforme o Banco Mundial, pois, desde o início de 2016 até ao final do ano de 2017, a mesma entidade prevê que 2,5 milhões a 3,6 milhões de brasileiros tenham voltado a cair na pobreza e esta situação deverá agravar-se^{2,3,4,5}.

Neste sentido, é preciso reconhecer que foram os programas, as ações e estratégias governamentais, iniciados àquela época com o Fome Zero, e continuados pelo governo logo a seguir, que possibilitaram, na última década, dar esse salto significativo para a retirada do Brasil do mapa da fome. No entanto, agora é preciso traçar estratégias mais estruturantes para reduzir ao máximo esse problema, como a Reforma Agrária e as medidas de caráter específico para atender a povos indígenas, quilombolas e à população de rua, dando continuidade ao combate à fome e à pobreza¹.

Desta forma, há aproximadamente 60 anos surgiu, no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos maiores e mais duradouros programas de alimentação e nutrição destinados a atender a comunidade

escolar. No ano de 2010, o PNAE teve um orçamento previsto em 3 bilhões de reais, visando, desta forma, atender a 47 milhões de escolares da Educação Básica e de Jovens e Adultos matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Tornando-se, assim, o maior programa de distribuição de alimentos do mundo^{6,7}.

A implantação do PNAE tem proporcionado a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, além do respeito às tradições alimentares, a dinamização da economia local e a vocação agrícola da região. Além de ter proporcionado um vasto mercado para os produtores da agricultura familiar que tinham dificuldades de comercializar seus produtos^{8,7}.

Neste contexto, por meio da Lei nº 11.947/2009, se determinou a utilização

de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) para a alimentação escolar, com a finalidade de se comprar os produtos oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações comunitárias, priorizando os assentamentos oriundos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas⁶.

Portanto, ressalta-se a importância do PNAE para a garantia da segurança alimentar e nutricional, qualidade de vida e promoção da saúde das famílias que vivem diretamente da agricultura familiar. Assim, diante das lacunas do conhecimento que ainda existem na literatura brasileira a respeito desta temática e pela necessidade de se evidenciar novos conhecimentos a respeito de tais questões, este estudo de revisão integrativa da literatura se justifica como uma fonte de produção de conhecimento.

Evidencia-se a necessidade de estudos que avaliem os possíveis impactos dessas políticas para a promoção da saúde dos sujeitos inseridos neste processo. Com isso, para orientar esta Revisão Integrativa⁹, elaborou-se a seguinte questão norteadora: o que a literatura dos últimos sete anos aborda/problematiza sobre a relação entre insegurança alimentar e nutricional e aspectos relacionados à produção de alimentos por meio da agricultura familiar destinados ao PNAE?

Desta forma, objetivou-se mostrar os aspectos relacionados à insegurança alimentar e nutricional e produção de alimentos por meio da agricultura familiar destinados ao PNAE.

Metodologia

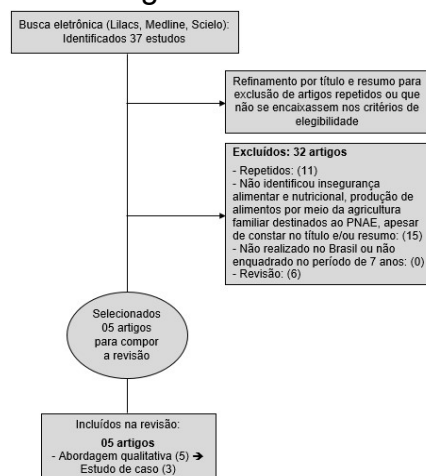
Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura. Os dados foram coletados em publicações da área da saúde, nacionais e internacionais, publicados por profissionais que desenvolveram estudos na área. Constituíram-se como fontes deste estudo artigos científicos resultantes da consulta nas bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americano em Ciências de Saúde), MEDLINE (*Medical Literature end Retrieval System on Line*) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*). Por meio dessas bases de dados, procurou-se ampliar o âmbito da pesquisa e minimizar possíveis vieses nessa etapa do processo de elaboração da revisão^{9,10}.

A coleta foi definida por meio de busca em bases de dados, tendo como estratégias de inclusão a utilização de artigos disponíveis online, publicados nos últimos sete anos, ou seja, de 2010 a 2017, em periódicos nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola, que abordassem o tema definido, respondendo a pergunta norteadora.

Como estratégia de exclusão foi realizada a leitura seletiva dos resumos para a eliminação das publicações que não apresentaram a temática em questão ou não atenderam aos critérios de inclusão.

Para seleção do material foram utilizados, inicialmente, os seguintes descritores e seus correspondentes em inglês (DECS): “Agricultura / *Agriculture*” AND “Políticas públicas / *Public Policies*” AND “Segurança alimentar e nutricional / *Food and Nutrition Security*”. Utilizou-se o operador *booleano* “AND” na estratégia de busca (Figura 5).

Figura 1: Fluxograma de busca de artigos.



Fonte: Elaborado pelo o autor.

Foram respeitados os aspectos éticos na medida em que todos os autores foram referenciados e a autenticidade de suas ideias e conceitos foram preservados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas¹¹.

Resultados

Dos 5 artigos resgatados nas bases de dados, todos utilizaram a abordagem qualitativa. Destes, 3 realizaram estudo de caso na perspectiva qualitativa-exploratória. Não foi encontrado nenhum estudo quantitativo com abordagem transversal ou longitudinal, assim como os demais tipos de estudo. Na amostra, todos os estudos faziam referência a um lugar (caso), não especificamente a uma amostra estatisticamente significativa ou não.

Todos abordavam a temática insegurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e agricultura familiar. Dentre estes, 1 realizado em Minas Gerais, 1 em Santa Catarina, 1 na Bahia e 2 no Rio Grande do Sul. Desta maneira, todas as pesquisas foram realizadas no Brasil, com 3 estudos na Região Sul do país, 1 na Região Sudeste e 1 no Nordeste. Todas as publicações foram escritas em língua portuguesa.

Na presente revisão integrativa, foram analisados cinco artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos e que serão apresentados mais detalhadamente no Quadro 1.

Nesta revisão ficou nítido que a maioria dos estudos evidenciaram a dificuldade que os municípios têm para obter os alimentos oriundos da agricultura familiar, por diversos motivos. Entre eles destaca-se que muitos agricultores apresentam limitações para se adaptarem às normas do programa, principalmente no que diz respeito à burocracia na legislação, as boas práticas na produção de alimentos, transporte da mercadoria, certificações, entre outras^{12,13,14}.

Quadro 1: Distribuição das publicações com relação à autoria/ano, local, objetivo do estudo, delineamento, amostra e resultados.

Autor/ Ano	Local	Objetivo	Delineamento	Amostra	Resultados
(1) Oliveira, Sousa, Silva (2013) ^{13*}	Contagem e Betim (Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG)	Analisar a adesão das prefeituras de Contagem e Betim à Lei n.º 11.947, no que tange ao artigo n.º 14, ou seja, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE destinados ao PNAE para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar	Pesquisa qualitativa, exploratória (Estudo de Caso)	Dois municípios	Foi encontrada inadequação na aquisição de alimentos da agricultura familiar nas duas prefeituras, uma vez que ambas não conseguiram comprar toda a quantidade necessária para atingir a meta exigida pela Lei
(2) Soares et al., (2015) ^{14*}	Um município de Santa Catarina	Avaliou o cumprimento das recomendações governamentais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar, em um município de Santa Catarina	Estudo qualitativo de desenho exploratório e descritivo	Um município do estado de Santa Catarina.	Inconformidades parciais foram identificadas na elaboração da chamada pública e do projeto de venda, assim como no atendimento aos padrões de qualidade dos produtos. Observou-se que o abastecimento regular de alimentos foi favorecido pela diversidade de fornecedores e pelo intercâmbio de alimentos entre a cooperativa e os municípios vizinhos
(2) Carvalho; Silva, (2014) ^{15*}	Senhor do Bonfim – Bahia	Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar ao PNAE, por meio da implantação do PAA como estratégia de promoção da segurança alimentar e	Abordagem etnográfica e as técnicas da observação participante, dos diários de campo e das entrevistas em profundidade	Uma comunidade remanescente de quilombo	Os resultados mostram que a comunidade concebe e valoriza o alimento “natural” da terra como fonte de sobrevivência e desenvolvimento local. Mesmo com as dificuldades, o Programa Nacional de Alimentação Escolar possibilitará a geração de renda aos agricultores familiares e uma Alimentação Escolar saudável aos estudantes

		nutricional, na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil			
(2)Triches; Schneider, (2010) ^{12*}	Vale do Rio dos Sinos e Paranhana (RS)	Abordar a relação entre consumo, produção e políticas públicas alimentares a partir do PAE brasileiro, buscando entender como ocorre a construção de cadeias alimentares particulares que aproximam a produção e o consumo e os efeitos decorrentes	Estudo de caso e documental com abordagem qualitativa	Dois municípios situados no Vale do Rio dos Sinos e Paranhana (RS)	Verificou-se que, diante do complexo cenário alimentar e nutricional brasileiro, o Estado providenciou na última década políticas que apoiam a aproximação de consumidores e produtores no nível local. Porém, a exemplo do Programa de Alimentação Escolar, regulamentações contraditórias, como a dos processos licitatórios de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização
(2)Grisa; Gazolla; Schneider, (2010) ^{16*}	Rio Grande do Sul	Demonstrar a importância que a produção para autoconsumo possui para os agricultores familiares do RS-Brasil, em importantes dimensões do seu processo de reprodução social, como é o caso da geração da segurança alimentar e nutricional	Estudo de caso	Estado do Rio Grande do Sul	Diferentemente do que aconteceu com muitas práticas e cultivos tradicionais, e ao contrário do que muitos poderiam presumir, as mudanças técnicas da agricultura na década de 1970 não eliminaram a produção de alimentos para o consumo familiar. Esta continua uma estratégia recorrente e desempenha diversos papéis na reprodução social, econômica e alimentar das formas sociais familiares existentes no rural do Rio Grande do Sul

Fonte: (1) Lilacs; (2) Scielo;

Discussão

A agricultura familiar ainda é a forma predominante de produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários

municípios. Esta é uma opção viável para a resolução de problemas, como o desemprego, a fome e a desnutrição, proporcionando o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no meio rural. O suporte de políticas públicas fortalecidas pelo apoio local pode transformar a agricultura familiar em uma grande potência de desenvolvimento descentralizado, voltado para a sustentabilidade¹⁷.

Neste sentido, visando fortalecer a agricultura familiar e assim promover a segurança alimentar e nutricional, o governo federal sancionou, em junho de 2009, a Lei nº 11.947, que dispõe no artigo nº 14 sobre a obrigatoriedade da utilização de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE). Estes recursos devem ser destinados ao PNAE para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar¹⁸.

Assim, pesquisadores¹³ realizaram um estudo com o intuito de analisar a adesão das prefeituras de Contagem e Betim à Lei nº 11.947, no que tange ao artigo n.º 14, ou seja, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE destinados ao PNAE para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Os referidos autores evidenciaram que, sobre a localização dos fornecedores, notou-se que os dois municípios estudados apresentaram diferenças significativas, pois Betim conseguiu parceiros em seu próprio município, enquanto Contagem teve de recorrer aos fornecedores de outras localidades. O fato de não conseguir comprar de seu próprio município não representa um problema, pois o Artigo 14 da Lei 11.947 permite que as prefeituras recorram aos fornecedores de fora do município¹³.

Ao observar o valor executado e a porcentagem que este representa, nota-se que a prefeitura de Betim não conseguiu adquirir nem 10% de compra da agricultura familiar, e que Contagem, por sua vez, conseguiu destinar 23,22%¹³.

Apesar de todas as dificuldades, a lei ainda é considerada um ponto importante para a promoção da SAN nos municípios, embora seja necessário maior investimento no treinamento dos agricultores familiares, afim de agregar valor aos produtos oriundos destes fornecedores¹³.

Neste estudo¹³, um importante problema de logística encontrado foi a localização dos municípios estudados, na região metropolitana de Belo

Horizonte, em relação à localização dos agricultores familiares que forneciam alimentos para o PNAE.

Segundo um estudo feito em 2010, para atingir os 30% previstos pela lei, grande parte dos municípios brasileiros precisaria recorrer a agricultores de outros municípios¹⁹.

Para grandes municípios, a logística para o abastecimento das escolas pode prejudicar um dos objetivos da Lei, que é de promover o desenvolvimento local, uma vez que a grande demanda ocasiona a necessidade de comprar produtos para o programa em outras regiões¹³. No entanto, demais pesquisadores veem o programa como uma forma de ajudar no desenvolvimento de regiões próximas aos grandes centros, por meio do incentivo à agricultura, sem que tenha que ser necessariamente a área rural do próprio município¹⁹.

Desta forma, é preciso a colaboração do nutricionista e dos responsáveis pela elaboração do cardápio nas escolas para que levem em conta as características locais, a sazonalidade e a inclusão de alimentos locais na alimentação escolar¹⁹.

Pesquisadores ressaltam como principal limitação para a condução do estudo a baixa produção de artigos na área, uma vez que a literatura dispõe de recursos escassos para investigar a situação atual da aplicação desta lei nos municípios brasileiros. O que, por sua vez, legitima a realização da referida revisão integrativa da literatura¹³.

Além disso, os referidos autores concluíram que as prefeituras não alcançaram o investimento de 30% dos recursos do FNDE na agricultura familiar na época da pesquisa. Entretanto, muito mais importante do que analisar o número absoluto é tentar compreender os motivos que levaram a esta inadequação em dois municípios altamente industrializados¹³.

Este estudo permitiu, ainda, identificar alguns problemas frequentes que os municípios pesquisados enfrentam para aplicar a Lei nº 11.947, no que diz respeito à utilização de alimentos produzidos pela agricultura familiar na Alimentação Escolar. Contudo, vale ressaltar o empenho das prefeituras pesquisadas para superar as dificuldades encontradas e a disposição dos agricultores para o trabalho¹³.

Estudos realizados avaliaram o cumprimento das recomendações governamentais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar em um município de Santa Catarina^{13,14}.

Neste estudo, os referidos autores evidenciaram que as dificuldades climáticas para a produção de alimentos foram relatadas pelo representante da organização dos agricultores. Este referiu-se ao intercâmbio de alimentos com municípios vizinhos como uma estratégia para a manutenção na regularidade de entrega dos produtos. Além disso, pontualmente, foram relatados problemas com a entrega de feijão por representantes da alimentação escolar, associados às dificuldades estruturais da cooperativa¹⁴.

Além destas dificuldades percebidas, foram relatados também problemas com a qualidade de produtos provenientes de agroindústrias familiares, os quais foram relacionados às dificuldades de cumprimento das exigências regulatórias para a comercialização de alimentos processados. Contudo, a proximidade entre produção e consumo facilitou a superação das referidas barreiras para o fornecimento, dialogando assim, com outros achados¹³, mostrando que não se trata de uma dificuldade isolada, mas sim de outras realidades no território brasileiro¹⁴.

Outras fragilidades que foram encontradas¹⁴ foram identificadas nas seguintes etapas: elaboração da chamada pública (ausência do mapeamento da produção agrícola antes da elaboração dos cardápios); elaboração do projeto de venda (assentados da reforma agrária não participavam do programa); e atendimento aos padrões de qualidade (rotulagem inadequada para alguns produtos). Essas etapas estavam sendo cumpridas de forma parcial, podendo interferir negativamente no alcance do Programa¹⁴.

Neste sentido, um estudo¹⁴ identificou, em uma cidade de Santa Catarina, que o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar estava em consonância com grande parte das recomendações governamentais para a execução do programa.

Para os referidos autores, a experiência de incentivo à aquisição local de alimentos para a alimentação escolar, desenvolvida pelo governo brasileiro, representa importante avanço para o fortalecimento da agricultura familiar e, por conseguinte, para a segurança e soberania alimentar das populações¹⁴.

Entre as etapas do processo de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, identificou-se que a entrega dos produtos e o atendimento à demanda estavam sendo cumpridos de acordo com as recomendações. Contudo, inconformidades parciais foram identificadas nas etapas de elaboração da chamada pública, elaboração do projeto de venda e atendimento aos padrões de qualidade¹⁴.

Destaca-se que a ausência de mapeamento da produção local de alimentos da agricultura familiar anterior à elaboração do cardápio pode implicar negativamente na inclusão de tais alimentos nos cardápios escolares. Por outro lado, o planejamento de cardápios elaborados em consonância com a sazonalidade de oferta e com a participação dos agricultores pode contribuir para o planejamento da produção, com benefícios a todos os envolvidos¹⁴.

Como exemplo, observou-se que as dificuldades de atendimento aos padrões de qualidade normativa dos produtos foram superadas mediante a aproximação e diálogo entre produtores e consumidores¹⁴; resultados semelhantes aos apresentados por outros pesquisadores¹² em estudo realizado no Sul do Brasil, no qual os autores demonstraram a importância da articulação dos agentes envolvidos no processo de aquisição de alimentos locais para as escolas, pois tal articulação possibilitou o estabelecimento de relações de confiança, dispensando exigências de rotulagens, etiquetas ou certificados. A aquisição era realizada com base no conhecimento do processo de produção dos alimentos^{12,14}.

Assim, o engajamento dos agentes locais foi decisivo para a concretização da compra local de alimentos para a alimentação escolar. A proximidade entre produtores e entidades consumidoras possibilitou o diálogo entre os envolvidos, facilitando, desse modo, a superação de dificuldades na execução do programa¹⁴.

Portanto, visando à integração de políticas de alimentação com políticas agrícolas, torna-se necessária a aproximação entre nutricionistas, agricultores e técnicos da área de produção agrícola, compartilhando as responsabilidades na tomada de decisões durante o processo de planejamento e implementação do programa¹⁴.

Pesquisadores¹⁵ realizaram um estudo de cunho antropológico em uma comunidade remanescente de quilombolas. Entre todos os artigos selecionados,

este traz elementos qualitativos robustos, assim, os referidos autores objetivaram analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.

Nesta investigação, uma mãe declarou que se sente feliz com a alimentação escolar, pois, às vezes, não tem em casa o que oferecer aos seus filhos, mas tem a certeza de que, na escola, encontrarão o que comer¹⁵. A alimentação é um poderoso símbolo de prestígio social e riqueza, que favorece a identidade social de classe. Isso demonstra a necessidade de se repensarem algumas práticas, no cotidiano escolar, relacionadas à alimentação escolar, em especial em comunidades tradicionais^{20,15}.

Para a comunidade quilombola de Tijuaçu, a alimentação escolar é uma possibilidade de perpetuação cultural, pois acredita ser importante a inserção de preparações e alimentos típicos da sua cultura, como o aipim, o milho, o vatapá, estando, assim, em consonância com os princípios do PNAE, no que se refere ao respeito aos hábitos alimentares saudáveis, à cultura, as tradições e à preferência alimentar local^{15,18}.

O PNAE, neste sentido, é visto como uma estratégia capaz de reduzir a insegurança alimentar e nutricional, à medida que ele não se limita apenas a atender a clientela que está inserida na escola, mas pensa na condição de sobrevivência das famílias desses estudantes, os quais, às vezes, nem essa refeição têm garantida. Em relação às comunidades tradicionais, traz mais algumas especificidades, ou seja, a forma que o Governo encontrou para “quitar” sua dívida histórica com esses povos e cumprir o princípio da equidade¹⁵.

Assim, no caso específico da comunidade de Tijuaçu, mesmo com todos os obstáculos, produzir para a Alimentação Escolar é concebido como uma estratégia capaz de melhorar seu futuro, gerando renda, aumentando sua autoestima, diminuindo o êxodo rural, preservando a cultura alimentar regional e promovendo saúde destas pessoas¹⁵.

Neste sentido¹⁵, os tijaenses concebem a SAN como algo inerente a sua identidade quilombola, que resgata seus valores culturais, religiosos e sua

alimentação, à base do alimento tradicional, “natural”, proveniente da sua terra, dos seus cuidados, e que, além de tudo, é capaz de fornecer renda e saúde.

Portanto, o PNAE, é reconhecido pelo quilombo como uma ação afirmativa capaz de promover a SAN das crianças da escola e de seus familiares. Os primeiros por meio de uma alimentação mais saudável, rica em alimentos “naturais”, produzidos na terra. Para a família, essa SAN é garantida por intermédio da geração de emprego e renda, que lhes proporcionam desenvolvimento e inserção social¹⁵. Os autores, diferentemente de outros investigadores¹⁶, não abordam de forma prioritária a produção alimentícia para autoconsumo por parte destes remanescentes de quilombolas.

Destaca-se que um estudo¹², inserido nesta revisão, procurou abordar a relação entre consumo, produção e políticas públicas alimentares a partir do Programa de Alimentação Escolar (PAE) brasileiro, buscando entender como ocorre a construção de cadeias alimentares particulares que aproximam a produção e o consumo e os efeitos decorrentes.

Dentre as dificuldades encontradas e as formas de superação que os autores salientam, até 2009, todos os recursos utilizados em compras públicas, inclusive os remetidos à alimentação escolar deveriam, obrigatoriamente, ser licitados. Essa foi a primeira grande dificuldade encontrada para o acesso dos agricultores a esse mercado – a burocracia dos processos licitatórios¹², corroborando com outros achados^{13,14,15}.

Outra dificuldade enfrentada na aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PAE foi o atendimento aos padrões de qualidade normativos dos produtos agroindustrializados, mais especificamente os relacionados às questões sanitárias e às formalidades exigidas para sua comprovação, como os registros do produto e do estabelecimento nas respectivas instâncias responsáveis (dependendo do produto)^{12,13,14}.

Destaca-se que a efetivação da compra de alimentos para o PAE de agricultores desses municípios proporcionou mudanças nas práticas alimentares e nas concepções das crianças. Nessa questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas para os autores, já que elas atestaram maior frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade, melhor qualidade, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos¹².

Os referidos autores perceberam que houve uma revisão da qualidade dos alimentos oferecidos na alimentação escolar, e esta propiciou a aceitabilidade de gêneros que anteriormente não eram consumidos. Seja pela melhora organoléptica, seja pela revisão das questões valorativas ou pelo aumento da frequência da oferta. Um alimento servido na escola e consumido e apreciado pelos colegas modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então era desconsiderado e desqualificado¹².

O Brasil vivencia uma dupla problemática. Por um lado, a exclusão dos pequenos agricultores dos mercados, refletindo em altos níveis de pobreza no meio rural e, por outro, um perfil nutricional complexificado pela dupla carga de morbidade associada às deficiências e má qualidade do consumo alimentar¹².

Com isso, os autores concluíram que o Programa de Alimentação Escolar, além das potencialidades suprarreferidas na pesquisa, tem um grande potencial no que diz respeito à reunião de debates, sobre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e aqueles associados ao consumo e à saúde pública, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações¹².

Dentre todos os estudos, em uma pesquisa realizada¹⁶, esta foi a única que demonstrou a importância que a produção para autoconsumo possui para os agricultores familiares do Rio Grande do Sul-Brasil, em importantes dimensões do seu processo de reprodução social, como é o caso da geração da segurança alimentar e nutricional, assim como nos processos de diversificação produtiva e econômica destas famílias.

Os autores perceberam que alguns cultivos agrícolas influenciam o autoconsumo de forma mais ativa. Cultivos intensivos em mão-de-obra (a exemplo da vitivinicultura, piscicultura e produção leiteira) interferem na produção para autoconsumo pelo tempo dedicado que demandam. A soja e algumas anteriormente citadas também influenciam, porém, devido à predileção das famílias àqueles cultivos mais rentáveis economicamente. Menciona-se ainda a criação de frangos de corte no sistema de integração, no qual as empresas solicitam o término da criação de aves domésticas, repercutindo, mormente, no consumo de galinha caipira. Assim, unidades familiares que possuem algum destes cultivos e/ou produções podem ter menor autoabastecimento alimentar¹⁶.

Desta maneira, o princípio da segurança alimentar está relacionado ao acesso aos alimentos, já que aqueles agricultores que possuem o autoconsumo não vulnerabilizado nas suas unidades de produção não terão necessidade de comprar alimentos para atingir o mínimo calórico¹⁶.

Outros três princípios da segurança alimentar são alcançados com o autoconsumo. Um destes é o da qualidade nutricional dos alimentos. A produção para autoconsumo é sempre interpretada pelos agricultores como geradora da segurança alimentar por conter uma qualidade nutritiva que seria superior aos alimentos comprados. Isto se deve ao fato de que, geralmente, esta prática é realizada sem agrotóxicos e outros produtos químicos. Já os alimentos comprados são percebidos com certa insegurança diante do desconhecimento da origem dos mesmos, das formas de manejo e processamento, dos atributos de qualidade etc^{21,16}.

Outro princípio da segurança alimentar, que é atendido pela produção para autoconsumo, refere-se ao fornecimento de uma alimentação coerente com os hábitos de consumo locais¹⁶. Isto significa que o agricultor pode ter acesso a uma alimentação que condiga com o que ele e a sua família gostam de comer em suas refeições diárias, possibilitando às famílias suprirem as suas necessidades¹⁶.

Um último princípio da segurança alimentar que é atendido pelo autoconsumo concerne à diversidade de alimentos que podem ser produzidos e consumidos nas unidades familiares. A agricultura familiar guarda todas as possibilidades de alimentar os membros do grupo doméstico com uma alimentação diversificada e que contenha todos os tipos de alimentos funcionais, contemplando os protéicos, os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos etc. A segurança alimentar é derivada justamente desta multiplicidade de alimentos que podem ser obtidos nas unidades familiares e que é fornecida ao consumo dos seus membros de modo constante: “uma coisa ou outra, sempre tem”, como aludiu um agricultor entrevistado na pesquisa¹⁶.

Portanto, a exemplo de países como Argentina, Chile e Bolívia, que apresentam políticas de incentivo à produção para autoconsumo (respectivamente Programa Pró-Horta, Programa Criar (Criação de Iniciativas Alimentares Rurais e Programa de Produção Familiar para o Autoconsumo), ressalta-se a necessidade das políticas públicas rurais brasileiras caminharem

neste mesmo sentido. Por exemplo, as políticas de redução da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional no Brasil poderiam ter como preceito o fortalecimento desta prática, ao mesmo tempo em que deveriam estar articuladas com outras políticas setoriais, agrícolas e até urbanas, visando uma complementação entre ambas¹⁶.

Reafirma-se que o fortalecimento da agricultura familiar passa por um conjunto de iniciativas dos próprios agricultores enquanto atores sociais do seu próprio destino e desenvolvimento, como também por ações ativas do Estado, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social, que poderiam ser mescladas com políticas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo), com políticas agrícolas que incentivem a produção de mercadorias (produtos destinados aos mercados) e também com políticas que incidam sobre outras dimensões das famílias, como a cultura, a sociabilidade, as relações sociais, o trabalho e produções invisíveis, como é o caso do autoconsumo¹⁶.

Assim, os estudos trazem diferentes questões em seu arcabouço teórico-prático. Alguns convergem e/ou divergem entre si, outros “complementam”, em parte, as lacunas existentes. Porém, a voz do sujeito agricultor familiar e suas idiosincrasias pouco são percebidas nos diferentes estudos, e as abordagens dialogam muito em direção às dificuldades e superações para a implantação do PNAE, nos diferentes municípios do país^{13,14,15,12,16}.

Considerações Finais

São poucos estudos brasileiros que investiguem a insegurança alimentar e nutricional e a produção de alimentos por meio da agricultura familiar destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar nas bases de dados eletrônicas utilizadas para a busca bibliográfica da presente revisão.

Tal constatação revela a necessidade da academia ampliar o olhar sobre estas questões sociais. As populações do campo, muitas vezes, além de serem “esquecidas” pelas políticas públicas, são também negligenciadas pela pesquisa brasileira. Esta se concentra em grandes centros urbanos e com um olhar simplista. O que aponta a importância de investigações científicas com o objetivo de se realizar uma maior exploração acadêmica desse tema no Brasil, devido as suas dimensões continentais e suas especificidades regionais.

Ressalta-se que a maioria dos estudos se concentram na Região Sul do país, com um olhar muito focado nas dificuldades e potencialidades em relação à adesão dos agricultores familiares ao PNAE. Assim, elementos como a produção de alimentos para o próprio consumo familiar, gerando segurança alimentar e nutricional, foi focado como objetivo principal em um único estudo. Comprovando, assim, a necessidade de estudos que possam dar “visibilidade” a esta temática na literatura brasileira, com destaque para o Ceará, uma vez que não se obteve nenhum estudo realizado neste estado.

Vale destacar que nem todos os artigos estão indexados nas bases de dados investigadas. Revistas de menor impacto/qualis Capes geralmente não são indexadas. Uma das limitações deste estudo diz respeito ao fato da possível existência de outros estudos que poderiam responder aos objetivos desta revisão, mas que não foram incluídos por terem sido publicados em revistas de menor qualis. Portanto, não indexadas nas referidas bases de dados, o que representa também uma inviabilidade de se pesquisar em todas as revistas eletrônicas brasileiras.

Portanto, sugere-se estudos futuros, de campo, transversais ou longitudinais que possam ampliar as pesquisas nesta área no Brasil e, por extensão, Ceará. E que estas investigações ampliem o olhar sobre os condicionantes e determinantes sociais envolvidos na construção da segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares.

Referências

1. Food and Agriculture Organization, IFAD and WFP. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO; 2014.
2. Food and Agriculture Organization. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017: fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma, 2017. [citado 2017-09-05]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-l7695s.pdf>>.
3. Marques F. Brasil em perigo de voltar a cair no mapa da fome da ONU. 2017. [citado 2017-11-05]. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2017/10/24/brasil-em-perigo-de-voltar-a-cair-no-mapa-da-fome-da-onu>>.
4. Braga AS. Brasil no Mapa da Fome: Voltaremos a ser um país de miseráveis? 2017. [citado 2017-11-05]. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/07/10/brasil-no-mapa-da-fome-voltaremos-ser-um-pais-de-miseraveis/>>.

5. Lisboa E. De volta ao mapa da fome. 2017. [citado 2017-11-05]. Disponível em:
<http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/colunas/reporter_brasilia/573684-de-volta-ao-mapa-da-fome.html>.
6. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Pesquisa avalia relação entre agricultura familiar e merenda. 2010. [citado 2017-04-20]. Disponível em:
<<http://www.fnnde.gov.br/index.php/noticias2010/2137-pesquisa-avalia-relacao-entre-agricultura-familiar-e-merenda>>.
7. Marques AA. Dinâmica de abastecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o caso do município de Araripe – CE [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Universidade Federal da Paraíba; 2013.
8. Guerra LDS. Análise da insegurança alimentar e nutricional e fatores associados em domicílios com adolescentes de municípios da área de abrangência de BR 163 - Mato Grosso, Brasil [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Universidade Federal de Mato Grosso; 2011.
9. Cooper HM. The integrative research review: A systematic approach. Newbury Park, Califórnia: Sage; 1989.
10. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem. 2008;17(4):758-764.
11. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. Informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro: ABNT; 2002. 24 p. [citado 2017-11-23]. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnbr6023.pdf>>.
12. Triches RM, Schneider S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde Soc. 2010;19(4):933-945.
13. Oliveira TRPR, Sousa HC, Silva AP. Family farming in school feeding programs: case studies in two municipalities of Minas Gerais state, Brazil. Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr. 2013; 38(3):256-268.
14. Soares P, Martinelli SS, Melgarejo L, Davó-Blanes MC, Cavalli SB. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. Ciên & Saúde Col. 2015; 20(6):1891-1900.
15. Carvalho AS, Oliveira, Silva D. Prospects of food and nutritional security in the Tijuaçu Quilombo, Brazil: family agricultural production for school meals. Interface. 2014;18(50):521-532.
16. Grisa C, Gazolla M, Schneider S. A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. Agroalimentaria. 2010; 16(31):65-79.
17. Santos MJ. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estud Av. 2001;15(43):225-238.
18. Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38, 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União; 2009.

19. Siliprandi E, Rangel JR, Malina LL, Souza LBB, Vannuchi LVB, Chaim N, Reinach S, Belik W. Projeto Nutre SP-análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública; 2012.
20. Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Rev Bras Educ. 2009;14(40):103-15.
21. Segall-corrêa AM, Kepple AW. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciênc & Saúde Col. 2011;16(1):187-199.